

Demonstrações Contábeis

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste
Potiguar S.A.**

31 de dezembro de 2019

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Transmissora do Agreste Potiguar S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Transmissora do Agreste Potiguar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 7 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 521.817 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		103.083	73.688
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.694	72.115
Investimentos de curto prazo	5	38.984	-
Concessionárias e permissionárias	6	6.073	-
Ativo contratual da concessão	7	50.347	-
Outros ativos		3.985	1.573
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		471.674	229.748
Ativo contratual da concessão	7	471.470	229.748
Direito de uso sobre arrendamento		204	-
TOTAL DO ATIVO		574.757	303.436
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		81.089	20.961
Debêntures	8	3.444	2.787
Arrendamentos a pagar		56	-
Fornecedores		18.855	16.899
Salários, férias e encargos sociais		529	589
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	4.657	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		915	686
Encargos regulatórios		265	-
Provisões pré-operacionais		9.600	-
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	36.117	-
Outros passivos		6.651	-
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		304.776	201.935
Debêntures	8	156.895	152.285
Arrendamentos a pagar		157	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	103.304	27.479
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	43.611	22.171
Outros passivos		809	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		188.892	80.540
Capital social	14.1	10.481	10.481
Reservas de lucros		178.411	70.059
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		574.757	303.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	305.853	186.427
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura	17	(67.383)	(98.786)
Custo dos serviços prestados		(1.933)	-
		(69.316)	(98.786)
LUCRO BRUTO		236.537	87.641
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(413)	(31)
Pessoal		(28)	-
Honorários da diretoria e conselho de administração		(10)	-
		(451)	(31)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		236.086	87.610
Despesas financeiras	18	(9.636)	-
Receitas financeiras	18	1.161	-
		(8.475)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		227.611	87.610
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(7.317)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 19	(75.825)	(25.003)
		(83.142)	(25.003)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		144.469	62.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	144.469	62.607
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRAGENTE DO EXERCÍCIO	144.469	62.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		5	-	-	833	-	838
Ajuste de adoção inicial do CPC 47, líquido de imposto		-	-	6.619	-	-	6.619
Aumento de capital		10.476	-	-	-	-	10.476
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	62.607	62.607
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	2.096	-	-	(2.096)	-
Reserva de lucros		-	-	-	9.648	(9.648)	-
Outras Reservas de Lucro		-	-	50.863	-	(50.863)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.481	2.096	57.482	10.481	-	80.540
Lucro líquido do exercício	14.2	-	-	-	-	144.469	144.469
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	14.2	-	-	-	-	(36.117)	(36.117)
Reserva de lucros	14.2	-	-	-	108.352	(108.352)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		10.481	2.096	57.482	118.833	-	188.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	227.611	87.610
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Outras variações monetárias	3	-
Receita de aplicações financeiras	(2.266)	-
Descontos financeiros obtidos	(16)	-
Depreciação e amortização	59	-
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	15.160	11.403
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	26.096	19.913
	266.647	118.926
Redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(6.073)	-
Ativo contratual da concessão	(292.069)	(206.339)
Outros ativos	(3.064)	(1.560)
	(301.206)	(207.899)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	7.543	10.825
Salários, férias e encargos sociais	(60)	32
Tributos e contribuições sociais a recolher	(5.357)	5.999
Provisões pré-operacionais	9.600	-
Encargos regulatórios	262	-
Outros passivos	1.534	-
	13.522	16.856
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(723)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(21.760)	(72.117)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	69.036	-
Investimentos de curto prazo	(105.754)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(36.718)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Emissão de debêntures	-	151.337
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(71)	-
Pagamento de juros do financiamento	(9.872)	(7.838)
Amortização de principal do financiamento	-	(150.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(9.943)	(6.501)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(68.421)	(78.618)
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	72.115	150.733
Saldo no final do exercício	3.694	72.115
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(68.421)	(78.618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A (“Companhia” ou “ETAP”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, Conjunto 151, Sala P, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 18 de julho de 2016 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
013/2016	30	2046	R\$ 56.263	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

Em 06 de abril de 2019, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de março de 2020.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços, considerando margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, conseqüentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia em 2019 foi positivo em R\$49.727.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimento de curto prazo, são classificados como “valor justo por meio do resultado”. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Concessionárias e permissionárias” e Caixa são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3. Passivos financeiros

A Companhia classifica, para fins de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, fornecedores e debêntures como passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio; e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7. Tributação

3.7.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.8. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utilizou um

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.8.2. *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.8.3. *Receitas de operação e manutenção*

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.8.4. *Receitas de juros*

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

i) Políticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2) para os contratos de arrendamento, aluguel, entre outros, vigentes nesta data, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os contratos já existentes na data de adoção da norma e para os novos contratos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

ii) Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

A taxa média ponderada aplicada foi de 9,26% a.a..

A Companhia registrou R\$ 263 de contratos de arrendamentos no reconhecimento inicial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 59 de depreciação e R\$ 21 de juros destes arrendamentos.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Não há efeito material nas demonstrações contábeis com a adoção deste ICPC.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
Alterações ao CPC 26 (R1): Definição de omissão material
Alterações ao CPC 32: Tributos sobre o Lucro
Alterações ao CPC 20 (R1): Custos de Empréstimos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	3.694	24
Aplicações financeiras	-	72.091
	<u>3.694</u>	<u>72.115</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2019
<u>Investimentos de curto prazo</u>	
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	38.984
	<u>38.984</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos exclusivo do Grupo Alupar possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 99,08% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019
<u>Concessionárias e permissionárias</u>	
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	6.073
	<u>6.073</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação da linha de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Ativo financeiro	12.055
Adoção CPC 47	11.355
Receita de infraestrutura (nota 16)	206.338
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Ativo contratual	229.748
Receita de operação e manutenção (nota 16)	6.743
Remuneração do ativo de concessão (nota 16)	57.995
Receita de infraestrutura (nota 16)	272.329
(-) Parcela variável	(485)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(44.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	521.817
Ativo contratual da concessão - circulante	50.347
Ativo contratual da concessão - não-circulante	471.470
	521.817

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Dívidas	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2019	31/12/2018	Principal	Custo a amortizar	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	15/09/2023	7,16%	676	(247)	429	546	41.300	(670)	40.630	40.384
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	15/09/2025	11,00%	3.505	(490)	3.015	2.241	118.573	(2.308)	116.265	111.901
			4.181	(737)	3.444	2.787	159.873	(2.978)	156.895	152.285

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 15 de setembro de 2018, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 156.000 debêntures simples, totalizando R\$ 156.000, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária nos termos do Artigo 58 *caput*, da Lei 6.404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o BTG S/A. As debêntures emitidas na 1ª série tem prazo de vencimento de 5 anos, sendo assim, o vencimento previsto em 15 de setembro 2023, a 2ª série tem prazo de vencimento de 7 anos, vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre a PU de 107,1% da taxa DI.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). Em 31 de dezembro de 2019, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

A Alupar declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável fiadora principal pagadora e devedora solidária do valor garantido, desde a data de emissão até a data de verificação do pagamento integral do valor garantido.

b. Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	4.181	-	-	41.300	-	-	45.481
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	-	-	-	-	57.350	61.223	118.573
Debêntures - Custo de captação	(737)	(737)	(737)	(666)	(491)	(347)	(3.715)
	<u>3.444</u>	<u>(737)</u>	<u>(737)</u>	<u>40.634</u>	<u>56.859</u>	<u>60.876</u>	<u>160.339</u>

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Custo a amortizar	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Dívidas	31/12/2017						31/12/2018
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	150.170	-	7.668	-	(150.000)	(7.838)	-
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	-	41.300	793	(1.163)	-	-	40.930
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	-	114.700	2.731	(3.289)	-	-	114.142
	<u>150.170</u>	<u>156.000</u>	<u>11.192</u>	<u>(4.452)</u>	<u>(150.000)</u>	<u>(7.838)</u>	<u>155.072</u>

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Moeda nacional	Saldo inicial	Provisão de encargos	Amortização do custo de captação	Amortização do encargos	Saldo final
Dívidas	31/12/2018				31/12/2019
Debêntures					
Debêntures - 2ª Emissão - 1º série	40.930	2.727	246	(2.844)	41.059
Debêntures - 2ª Emissão - 2º série	114.142	11.675	491	(7.028)	119.280
	<u>155.072</u>	<u>14.402</u>	<u>737</u>	<u>(9.872)</u>	<u>160.339</u>

9. Fornecedores

O saldo da conta fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos para construção da infraestrutura, assim como operação e manutenção, no curso normal dos negócios, que será liquidado no período de 12 meses.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	<u>303.836</u>	<u>303.836</u>	<u>13.492</u>	<u>13.492</u>
Imposto diferido - base de cálculo (1)	303.836	303.836	13.492	13.492
Alíquota aplicada (1)	25%	9%	25%	9%
Total tributo alíquota aplicada (1)	<u>75.959</u>	<u>27.345</u>	<u>3.373</u>	<u>1.214</u>
Total IRPJ e CSLL diferido	<u>75.959</u>	<u>27.345</u>	<u>3.373</u>	<u>1.214</u>
CPC 47		-		22.892
Total IR e CS alíquota aplicada		<u>103.304</u>		<u>4.587</u>
		<u>103.304</u>		<u>27.479</u>

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

Lucro Real							
Dezembro	Adoção CPC 47 -	Adoção CPC 47 -	Movimentação no	Dezembro	Movimentação no	Dezembro	
2017	Patrimônio líquido	resultado	resultado	2018	resultado	2019	
Imposto de renda diferido	-	1.658	13.666	3.373	18.697	57.262	75.959
Contribuição social diferida	-	818	6.750	1.214	8.782	18.563	27.345
	-	2.476	20.416	4.587	27.479	75.825	103.304

11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	4.657	-
Pis Diferido	831	-
Cofins Diferido	3.826	-
Passivo não circulante	43.611	22.171
Pis Diferido	7.779	3.791
Cofins Diferido	35.832	17.460
Taxa de fiscalização ANEEL	-	920
	48.268	22.171

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

12. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com as negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Provisões para contingências

A Companhia reconhece em seus registros contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 10.481 composto por 10.481.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>		
Alupar Investimentos S/A	10.480.999	100
Outros	1	0
Total das ações	<u>10.481.000</u>	<u>100</u>

14.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Destinação do resultado	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	144.469	62.607
Constituição de reserva legal (5%)	-	(2.096)
Subtotal	144.469	60.511
Dividendos mínimos obrigatórios	(36.117)	-
Reserva de lucros	(108.352)	(60.511)
Saldo de lucros acumulados	-	-

15. Partes relacionadas

15.1. Remuneração da alta Administração

A remuneração da Administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 10, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação (em 2018 não houve pagamento).

15.2. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 36.117

15.3. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 213.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receita operacional bruta</u>	336.582	206.338
Receita de operação e manutenção (nota 7)	6.743	-
(-) Parcela variável (nota 7)	(485)	-
Remuneração do ativo financeiro de concessão (nota 7)	57.995	-
Receita de infraestrutura (nota 7)	272.329	206.338
	<u>336.582</u>	<u>206.338</u>
<u>Deduções da receita operacional</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(5.542)	(3.405)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(25.528)	(15.681)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(400)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	741	(825)
	<u>(30.729)</u>	<u>(19.911)</u>
Receita operacional líquida	<u>305.853</u>	<u>186.427</u>

17. Custo de infraestrutura

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Custo de infraestrutura</u>		
Pessoal	(509)	(1.188)
Material	(28.001)	(59.470)
Serviços de terceiros	(31.577)	(30.320)
Máquinas e equipamentos	(98)	(10)
Despesas financeiras	(5.696)	(12.073)
Receitas financeiras	1.082	7.967
Outros	(2.584)	(3.692)
Total custo de infraestrutura	<u>(67.383)</u>	<u>(98.786)</u>

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019
Receitas financeiras	1.161
Receita de aplicações financeiras	1.128
Outros	33
Despesas financeiras	(9.636)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.561)
Outros	(75)
Total líquido	(8.475)

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	227.611	227.611	87.610	87.610
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	34.275	34.275	-	-
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso IIN 1515/14	(57.801)	(57.801)	-	-
Adoção inicial CPC 47	-	-	(87.610)	(87.610)
Ativo contratual CPC 47	(182.727)	(182.727)	-	-
(+) Outros	318	(8)	-	-
Base de cálculo	21.676	21.350	-	-
		-		-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(5.395)	(1.922)	-	-
Total dos tributos correntes	(5.395)	(1.922)	-	-
Total dos tributos diferidos	(57.262)	(18.563)	(17.039)	(7.964)
Despesa total com tributos	(62.657)	(20.485)	(17.039)	(7.964)
Alíquota efetiva	36,53%		28,54%	

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

20.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Equivalentes de caixa como valor justo por meio do resultado, Caixa e concessionárias e permissionárias como ativos financeiros pelo custo amortizado e fornecedores como passivos financeiros pelo custo amortizado.

Debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	3.694	3.694	24	24		Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	72.091	72.091	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	38.984	38.984	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	6.073	6.073	-	-	-	Custo amortizado
	48.751	48.751	72.115	72.115		
Passivo						
Fornecedores	18.855	18.855	11.312	11.312	-	Custo amortizado
Debêntures	160.339	160.339	155.072	155.072	-	Custo amortizado
	179.194	179.194	166.384	166.384		

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

20.3. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

20.4. Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi a TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)		
Debêntures - 2ª Emissão - 1º série	CDI	112,00%	41.976	4,63%	2,31%	3,47%	5,78%	6,94%
			51.129	49.071	50.100	52.158	53.187	
			4,03%	2,02%	3,02%	5,04%	6,05%	
Debêntures - 2ª Emissão - 2º série	IPCA	6,17%	122.078	12.752	10.141	11.447	14.058	15.364

20.5. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

20.5.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

20.5.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

20.5.3. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20.5.4. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

20.5.5. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

21. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos Patrimoniais	38.003	46	04/07/2020
Responsabilidade Civil	5.000	1	04/07/2020
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2020
Total	<u>93.003</u>	<u>48</u>	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2